

LEI COMPLEMENTAR Nº 134, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 008, de 07 de setembro de 2013, que dispõe sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, à Lei Complementar nº 029, de 09 de dezembro de 2014, à Lei Complementar 058, de 30 de dezembro de 2017, à Lei Complementar 065, de 28 de dezembro de 2018 e à Lei Complementar 078, de 28 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, ESTADO DO TOCANTINS**, no uso de suas atribuições legais e fundamentado na Lei Orgânica Municipal, faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, ESTADO DO TOCANTINS, APROVOU** e Eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogadas as alíneas “c” e “d” do inciso I, do Artigo 9º da Lei Complementar nº 008, de 07 de setembro de 2013.

Art. 2º O inciso II, do Artigo 9º da Lei Complementar nº 008, de 07 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º [...].

II - Fator de Desvalorização:

- a) frontal a cemitérios;
- b) frontal a presídios;
- c) distante até no máximo 200 metros de Estações de Tratamento de Esgoto;
- d) com área total superior a 6.000 metros quadrados;
- e) idade da construção;
- f) falta de regularidade fundiária;
- g) em áreas alagadiças; e
- h) edificados situados em via não pavimentada.

Art. 3º O §1º do Artigo 16, da Lei Complementar nº 008, de 07 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.16. [...].

§1º O contribuinte que efetuar o pagamento do IPTU à vista gozará de desconto de até:

- I - 10% se pago até o último dia de fevereiro;
- II - 9% se pago até o último dia de março;
- III - 8% se pago até o último dia de abril.

Art. 4º O Artigo 20 da Lei Complementar nº 008, de 07 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:



Art. 20. Fica isento do Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU, os imóveis de propriedade, do domínio útil ou da posse, cumulativamente, nas seguintes condições:

I - que o contribuinte tenha 01 (um) único imóvel no Município e nele resida;

II - que o imóvel seja exclusivamente para fim residencial;

III - que a área construída do imóvel não exceda a 150 (cento e cinquenta) metros quadrados;

IV - que o contribuinte e/ou membro do grupo familiar tenha renda mensal por pessoa de até ½ (meio) salário mínimo vigente, desde que não ultrapasse o limite máximo, por núcleo familiar, de até 03 (três) salários mínimos vigentes por mês;

V - que o contribuinte e seu grupo familiar estejam inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Art. 5º. São acrescentados os seguintes artigos à Lei Complementar nº 008, de 07 de setembro de 2013:

Art. 20-A. Fica isento também o contribuinte e/ou membro do grupo familiar que tenha renda por pessoa de até 01 (um) salário mínimo mensal, desde que não ultrapassem o limite máximo, por núcleo familiar, de até 03 (três) salários mínimos vigentes por mês, e obedecidas os critérios do art. 20, incisos I, II, III e V, que atendam uma ou mais condições a seguir:

I - pessoa com idade igual ou superior a 60 anos;

II - pessoa com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial ou múltipla;

III - pessoa que recebe aposentadoria por invalidez;

IV - pessoa que recebe Benefício de Prestação Continuada- BPC;

V - pessoa beneficiária de imóvel de programa habitacional.

Art. 20-B. Fica isento o contribuinte acometido com neoplasia maligna desde que seja proprietário de apenas 01 (um) único imóvel no Município, que o imóvel seja exclusivamente residencial e nele resida. Parágrafo único. O benefício estipulado no “*caput*” cessará a partir da data da inexistência da referida neoplasia maligna, seja pela cura ou pelo falecimento.

Art. 20-C. Ao contribuinte e/ou membro do grupo familiar identificado por meio do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, em situação de baixa renda, pobreza e extrema pobreza será concedida de ofício a isenção total do IPTU, desde que atendidas às condições do art. 20.

Art. 20-D. Ao contribuinte e/ou membro do grupo familiar que seja concedida a guarda provisória de criança e/ou adolescente, por meio de decisão judicial para o Serviço ou Programa de Acolhimento Familiar, terá isenção parcial correspondente a 50% sobre o Imposto

Predial e Territorial Urbano - IPTU, referente ao imóvel em que a criança e/ou adolescente estiver acolhida.

Parágrafo único: Ao contribuinte e/ou membro do grupo familiar de que trata o *caput* deste artigo não serão exigidas as condições do artigo 20.

Subseção I **Do Prazo Das Isenções**

Art. 20-E. A isenção deverá ser renovada anualmente, a pedido do contribuinte ou membro do grupo familiar, com a comprovação atualizada das condições que ensejaram a concessão do benefício.

Parágrafo único: A isenção concedida no artigo 20-C será renovada de ofício mediante informações constantes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Subseção II **Da Cessação da Isenção**

Art. 20-F. A isenção cessará nos seguintes casos:

I - a partir da cura da doença grave do contribuinte ou do membro do grupo familiar, ou ainda com o falecimento do contribuinte ou membro do grupo familiar que possuía doença grave;

II - fim do período da guarda provisória da criança e/ou adolescente, que esteja inserida em programa ou serviço de acolhimento familiar;

III - quando superada a situação de pobreza e extrema pobreza.

§1º O beneficiário da isenção prevista nesta Lei é obrigado a comunicar à Secretaria Municipal da Fazenda, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, qualquer ocorrência que possa implicar no cancelamento do benefício, ou qualquer alteração que modifique sua situação cadastral dentro do período anual.

§2º A Secretaria Municipal da Fazenda pode a qualquer tempo cancelar isenções do IPTU, quando caracterizada a insubsistência das razões que as determinaram.

Subseção III **Do Requerimento e da Documentação Necessária**

Art. 20-G. Para o requerimento de isenção o contribuinte e membros do grupo familiar deverão apresentar requerimento junto a Secretaria Municipal da Fazenda com os seguintes documentos:

I - formulário de solicitação de isenção;

II - documento de propriedade ou posse, nos casos em que o imóvel não está averbado em nome do requerente;

III - comprovante de endereço em nome do contribuinte;



- IV - cópia da cédula de identidade - RG;
- V - cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- VI - certidão de nascimento ou de casamento;
- VII - espelho do Cadastro Único atualizado no ano do requerimento;
- VIII - comprovante de renda e/ou equivalente;
- IX - cópia do extrato do INFBEN-informações do benefício, fornecido pelo INSS;
- X - laudo ou Relatório Médico com validade de até 180 (cento e oitenta) dias para os casos de pessoa com deficiência ou doenças graves;
- XI - cópia da Decisão Judicial para os casos de acolhimento familiar;
- XII - cópia do Contrato para os casos de beneficiários de Programas Habitacionais.

Art. 6º O Artigo 21 da Lei Complementar nº 008, de 07 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21. Fica isento de IPTU o imóvel edificado cujo valor venal seja inferior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
Parágrafo único. O valor a que se refere o *caput* deste artigo será corrigido anualmente, conforme regra prevista no artigo 31 desta Lei.

Art. 7º O Artigo 22 da Lei Complementar nº 008, de 07 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 22. Fica isento de IPTU o imóvel não edificado cujo valor venal seja inferior a R\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais).
Parágrafo único. O valor a que se refere o *caput* deste artigo será corrigido anualmente, conforme regra prevista no artigo 31 desta Lei.

Art. 8º O Artigo 24 da Lei Complementar nº 008, de 07 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 24. Será concedido desconto ao imóvel:
I - edificado que adote as medidas a seguir enumeradas:
a) sistema de geração de energia elétrica fotovoltaica (captação de radiação solar para gerar eletricidade): desconto de 5% (cinco por cento);
b) sistema de captação de água da chuva (sistema que capte água da chuva e armazene em reservatórios para utilização do próprio imóvel): desconto de 5% (cinco por cento);
c) permeabilidade do solo (manter permeável 20% ou mais de sua área total, de forma a garantir a infiltração da água da chuva): desconto de 10% (dez por cento);
d) calçadas em conformidade com o padrão estabelecido pela prefeitura e que atenda as diretrizes de acessibilidade: desconto de 10% (dez por cento);

e) arborização no imóvel (possuir no imóvel uma ou mais árvores adequadas à arborização ou preservação de árvore já existente, observando a manutenção de área suficiente para sua irrigação): desconto de 5% (cinco por cento);

f) destinado ao uso comercial que possua recuo igual ou superior a 5 metros: desconto de 10% (dez por cento);

II - não edificado que adote as medidas a seguir enumeradas:

a) murado nos fundos e nas laterais e na frente possua grade, alambrado, mureta com no mínimo 1 metro de altura ou outro fechamento que possibilite fácil visibilidade do interior: desconto de 10% (dez por cento);

b) calçadas em conformidade com o padrão estabelecido pela prefeitura e que atenda as diretrizes de acessibilidade: desconto de 10% (dez por cento).

§1º Aos contribuintes que mantiverem o cadastro imobiliário atualizado na forma e prazo estabelecidos em regulamento, será concedido desconto de 10% (dez por cento) no valor do IPTU devido.

§2º É permitida a cumulação dos descontos de que trata este artigo, desde que não ultrapasse o limite previsto no Artigo 25 desta Lei.

§3º Os requisitos e prazo de aplicação dos descontos previstos nas alíneas “a”, “b” e “e” do inciso I deste artigo serão definidos por regulamento.

§4º A concessão do desconto deverá ser solicitada por meio de requerimento administrativo a ser protocolado junto a Secretaria Municipal da Fazenda comprovando o preenchimento dos requisitos.

§5º O emprego de qualquer meio fraudulento para o gozo dos benefícios previstos neste artigo ensejará sua imediata cassação, a aplicação de multa no valor de 2% (dois por cento) do valor venal do imóvel e a comunicação do Ministério Público Estadual acerca de eventual ocorrência de crimes contra a Ordem Tributária, observados previamente o contraditório e a ampla defesa.

Art. 9º É acrescido o Artigo 24-A à Lei Complementar nº 008, de 07 de setembro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 24-A. Os contribuintes que comprovarem a condição de doadores de sangue, medula óssea ou plaquetas sanguíneas farão *jus* ao desconto de 2% (dois por cento) no valor do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU do exercício seguinte ao da comprovação.

§1º A comprovação da condição de doador de sangue será feita mediante a apresentação de documento expedido pelo Hemocentro Regional de Araguaína, que ateste a realização de 2 (duas) doações de sangue no ano anterior ao qual a isenção parcial se refere.

§2º A comprovação da condição de doador de medula óssea será feita mediante a apresentação de documento expedido por instituição de

saúde que ateste a efetiva doação de medula óssea, sendo insuficiente a mera inscrição em cadastro de doadores.

§3º A comprovação da condição de doador de plaquetas sanguíneas será feita mediante a apresentação de documento expedido pelo Hemocentro Regional de Araguaína, que ateste a realização de 2 (duas) doações de plaquetas sanguíneas no ano anterior ao qual a isenção parcial se refere.

§4º O interessado em gozar da isenção parcial deverá apresentar até o último dia de expediente administrativo do exercício anterior ao que pretende gozar do benefício requerimento junto a Secretaria Municipal da Fazenda comprovando a condição de doador de sangue e/ou medula óssea.

§5º O benefício de que trata o *caput* será limitado a um imóvel por contribuinte.

§6º O emprego de qualquer meio fraudulento para o gozo da isenção ensejará a imediata cassação do benefício, a aplicação de multa no valor de 2% (dois por cento) do valor venal do imóvel e a comunicação do Ministério Público Estadual acerca de eventual ocorrência de crimes contra a Ordem Tributária, observados previamente o contraditório e a ampla defesa.

Art. 10. É acrescido o Artigo 24-B Lei Complementar nº 008, de 07 de setembro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 24-B. Fica concedido desconto de 100% (cem por cento) do valor do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU para os imóveis que concluem obra nova, devidamente licenciada, vedado o benefício para construção de condomínios.

§1º A isenção de que trata o *caput* será concedida no exercício subsequente a conclusão da obra e deverá ser formalizada mediante requerimento do contribuinte, devidamente instruído com o projeto de construção aprovado, alvará de construção, habite-se e protocolizado na Secretaria Municipal da Fazenda até dia 30 de outubro do exercício anterior ao que pretende gozar do benefício.

§2º O benefício de que trata o *caput* será limitado a um imóvel por contribuinte e será concedido uma única vez.

Art. 11. Fica revogado o Artigo 28 da Lei Complementar nº 008, de 07 de setembro de 2013.

Art. 12. O Anexo III da Lei Complementar nº 029, de 09 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO III – FATORES DE CORREÇÃO

Artigo 9º - Inciso I - FATOR DE VALORIZAÇÃO			
Alínea	Localização	Fator a ser Aplicado	
		Terrenos	Edificações



a	De Esquina	10%	-
b	Frontal a praça ou parque urbano	10%	-
Artigo 9º - Inciso II - FATOR DE DESVALORIZAÇÃO			
Alínea	Localização	Fator a ser Aplicado	
		Terrenos	Edificações
a	FRONTAL A CEMITÉRIO	40%	40%
b	FRONTAL A PRESÍDIO	50%	50%
c	DISTANTE ATÉ 200 m DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO	30%	30%
d	ÁREA SUPERIOR A 6.000 m ²		
d.1	Entre 6.000 e 20.000 m ²	65%	
d.2	Entre 20.000 e 50.000 m ²	70%	-
d.3	Entre 50.000 e 100.000 m ²	75%	-
d.4	Entre 100.000 m ² e 200.000 m ²	80%	-
d.5	Entre 200.000 e 500.000 m ²	85%	-
d.6	Acima de 500.000 m ²	90%	-
e	IDADE DA CONSTRUÇÃO		
e.1	Até 5 anos	-	10%
e.2	Entre 5 a 10 anos	-	20%
e.3	Entre 10 a 15 anos	-	30%
e.4	Entre 15 a 20 anos	-	35%
e.5	Entre 20 a 25 anos	-	40%
e.6	Acima de 25 anos	-	45%
g	FALTA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	30%	30%
h	ÁREAS ALAGADIÇAS	20%	20%
i	EDIFICADOS SITUADOS EM VIA NÃO PAVIMENTADA	-	10%
Seção II - Descontos Concedidos			
Artigo	Localização	Desconto	
		Terrenos	Edificações
Art. 6, §3º	Frontal à feira livre	Até 50%	Até 50%
16, §3º	Desconto adicional – Bônus de Adimplência Pagamento em dia no ano anterior	10%	10%
24, I, “a”	Sistema de geração de energia elétrica fotovoltaica: captação de radiação solar para gerar eletricidade	-	5%
24, I, “b”	Sistema de captação de água da chuva: sistema que capte água da chuva e armazene em reservatórios para utilização do próprio imóvel;	-	5%
24, I, “c”	Permeabilidade do solo: manter permeável 20% ou mais de sua área total, de forma a garantir a infiltração da água da chuva;	-	10%
24, I, “d”	Calçadas em conformidade com o padrão estabelecido pela prefeitura e que atenda as diretrizes de acessibilidade;	-	10%
24, I, “e”	Arborização no imóvel (possuir no imóvel uma ou mais árvores adequadas à arborização ou preservação de árvore já existente, observando a manutenção de área suficiente para sua irrigação)	-	5%
24, I, “f”	Destinado ao uso empresarial, que possua recuo igual ou superior a 5 metros;	-	10%
24, II, “a”	Murado nos fundos e nas laterais e na frente possua grade, alambrado, mureta com no mínimo 1 metro de altura ou outro fechamento que possibilite fácil visibilidade do interior;	10%	-

24, II, "b"	Calçadas em conformidade com o padrão estabelecido pela prefeitura e que atenda as diretrizes de acessibilidade.	10%	-
24, §1º	Cadastro imobiliário atualizado na forma e prazo estabelecidos	10%	10%
24-A	Doadores de sangue	2%	2%
24-A	Doadores de medula óssea	2%	2%
24-A	Doadores de plaquetas sanguíneas	2%	2%
24-B	Conclusão de obra nova	-	100%
26	Coleta seletiva de lixo - desconto coletivo após 50% de participação regional	-	10%

Art. 13. Fica revogado o Artigo 247 da Lei Complementar nº 058, de 30 de dezembro de 2017.

Art. 14. Fica revogado o §1º, do Artigo 333, da Lei Complementar nº 058, de 30 de dezembro de 2017.

Art. 15. Fica revogado o §7º, do Artigo 343, da Lei Complementar nº 058, de 30 de dezembro de 2017.

Art. 16. É acrescido o artigo 392-A à Lei Complementar nº 058, de 30 de dezembro de 2017, com a seguinte redação:

Art. 392-A. Os Taxistas e Mototaxistas ficam dispensados do pagamento das taxas descritas no Art. 376, I desta Lei.

Art. 17. O Artigo 464 da Lei Complementar nº 058, de 30 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 464. Fica isento da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo Domiciliar, os imóveis de propriedade, do domínio útil ou da posse, cumulativamente, nas seguintes condições:

I - que o contribuinte tenha 01 (um) único imóvel no Município e nele resida;

II - que o imóvel seja exclusivamente para fim residencial;

III - que a área construída do imóvel não exceda a 150 (cento e cinquenta) metros quadrados;

IV - que o contribuinte e/ou membro do grupo familiar tenha renda mensal por pessoa de até ½ (meio) salário mínimo vigente, desde que não ultrapasse o limite máximo, por núcleo familiar, de até 02 (dois) salários mínimos vigentes por mês;

V - que o contribuinte e seu grupo familiar estejam inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Art. 18. São acrescentados os seguintes artigos à Lei Complementar nº 058, de 30 de dezembro de 2017:



Art. 464-A. Fica isento também o contribuinte e/ou membro do grupo familiar que tenha renda por pessoa de até 01 (um) salário mínimo mensal, desde que não ultrapassem o limite máximo, por núcleo familiar, de até 03 (três) salários-mínimos vigente por mês, e obedecidas os critérios do art. 20, incisos I, II, III e V, que atendam uma ou mais condições a seguir:

I - pessoa com idade igual ou superior a 60 anos;

II - pessoa com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial ou múltipla;

III - pessoa que recebe aposentadoria por invalidez;

IV - pessoa que recebe Benefício de Prestação Continuada - BPC;

V - pessoa beneficiária de imóvel de programa habitacional.

Art. 464-B. Ao contribuinte e/ou membro do grupo familiar identificado por meio do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, em situação de baixa renda, pobreza e extrema pobreza será concedida de ofício a isenção da Taxa, desde que atendidas às condições do art. 464.

Subseção I

Do Prazo Das Isenções da Taxa de Lixo

Art. 464-C. A isenção deverá ser renovada anualmente, a pedido do contribuinte ou membro do grupo familiar, com a comprovação atualizada das condições que ensejaram a concessão do benefício.

Parágrafo único. A isenção concedida no artigo 464-B será renovada de ofício mediante informações constantes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Subseção II

Da Cessação da Isenção

Art. 464-D. A isenção cessará nos seguintes casos:

I - a partir da cura da doença grave do contribuinte ou do membro do grupo familiar, ou ainda com o falecimento do contribuinte ou membro do grupo familiar que possuía doença grave;

II - quando superada a situação de pobreza e extrema pobreza.

§1º O beneficiário da isenção prevista nesta Lei é obrigado a comunicar à Secretaria Municipal da Fazenda, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, qualquer ocorrência que possa implicar no cancelamento do benefício, ou qualquer alteração que modifique sua situação cadastral dentro do período anual.

§2º A Secretaria Municipal da Fazenda pode a qualquer tempo cancelar a da Taxa de Lixo, quando caracterizada a insubsistência das razões que as determinaram.

Subseção III
Do Requerimento e da Documentação Necessária

Art. 464-E. Para o requerimento da isenção o contribuinte e membros do grupo familiar deverão apresentar requerimento junto a Secretaria Municipal da Fazenda com os seguintes documentos:

- I - formulário de solicitação de isenção;
- II - documento de propriedade ou posse, nos casos em que o imóvel não está averbado em nome do requerente;
- III - comprovante de endereço em nome do contribuinte;
- IV - cópia da cédula de identidade – RG;
- V - cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- VI - certidão de nascimento ou de casamento;
- VII - espelho do Cadastro Único atualizado no ano do requerimento;
- VIII - comprovante de renda e/ou equivalente;
- IX - cópia do extrato do INFBEN-informações do benefício, fornecido pelo INSS;
- X - laudo ou Relatório Médico com validade de até 180 (cento e oitenta) dias para os casos de pessoa com deficiência ou doenças graves;
- XI - cópia do Contrato para os casos de beneficiários de Programas Habitacionais.

Art. 19. Ficam revogadas as seguintes taxas da Tabela 6 do Anexo III, da Lei Complementar nº 058, de 30 de dezembro de 2017:

TABELA 6 – REGISTRO, INSPEÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ANÁLISE – VIGILÂNCIA SANITÁRIA.	
(...)	
TAXA DE VISTORIA SANITÁRIA PARA LICENCIAMENTO:	
Cod. CNAE	DESCRIÇÃO DO CNAE
4729-6/99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
4712-1/00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns
5612-1/00	Serviços ambulantes de alimentação
4774-1/00	Comércio varejista de artigos de óptica
8591-1/00	Ensino de Esportes
8650-0/02	Atividades de profissionais da nutrição
4773-3/00	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
8650-0/03	Atividades de psicologia e psicanálise
8650-0/04	Atividades de fisioterapia
4691-5/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios
8650-0/05	Atividades de terapia ocupacional
4772-5/00	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
8650-0/06	Atividades de fonoaudiologia
4723-7/00	Comércio varejista de bebidas
5611-2/01	Restaurantes e similares
4635-4/01	Comércio atacadista de água mineral



9602-5/01	Cabeleireiros, manicure e pedicure
5590-6/01	Albergues, exceto assistenciais
4639-7/01	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral
4722-9/01	Comércio varejista de carnes - açougues
1091-1/02	Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria
4721-1/02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda
5620-1/02	Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê
5611-2/02	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas
4635-4/02	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante
4729-6/02	Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência
5611-2/03	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares
7729-2/03	Aluguel de material médico
5590-6/03	Pensões (alojamento)
4637-1/04	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares
4721-1/04	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes
5620-1/04	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar
3250-7/06	Serviços de prótese dentária
4637-1/07	Comércio atacadista de chocolates, confeitados, balas, bombons e semelhantes
1732-0/00	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão
3092-0/00	Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados, peças e acessórios
2829-1/99	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios
8640-2/99	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente
2019-3/99	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente
1122-4/99	Fabricação de outras bebidas não-alcoólicas não especificadas anteriormente
2349-4/99	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente
1099-6/99	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente
1043-1/00	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais
1082-1/00	Fabricação de produtos à base de café
1731-1/00	Fabricação de embalagens de papel
2029-1/00	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente
2063-1/00	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
2091-6/00	Fabricação de adesivos e selantes
6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis
1042-2/00	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho
2014-2/00	Fabricação de gases industriais
2062-2/00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento
2093-2/00	Fabricação de aditivos de uso industrial
2660-4/00	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação
2061-4/00	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos
3291-4/00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras
2052-5/00	Fabricação de desinfetantes domissanitários
2312-5/00	Fabricação de embalagens de vidro
1121-6/00	Fabricação de águas envasadas
2110-6/00	Fabricação de produtos farmoquímicos
2219-6/00	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente

2222-6/00	Fabricação de embalagens de material plástico
3299-0/06	Fabricação de velas, inclusive decorativas
1062-7/00	Moagem de trigo e fabricação de derivados
8650-0/07	Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral
1733-8/00	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado
2123-8/00	Fabricação de preparações farmacêuticas
2591-8/00	Fabricação de embalagens metálicas
2341-9/00	Fabricação de produtos cerâmicos refratários
1091-1/01	Fabricação de produtos de panificação industrial
2121-1/01	Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano
1072-4/01	Fabricação de açúcar de cana refinado
1032-5/01	Fabricação de conservas de palmito
3250-7/01	Fabricação de instrumentos não-eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório
1742-7/01	Fabricação de fraldas descartáveis
2121-1/02	Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano
3292-2/02	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional
1072-4/02	Fabricação de açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba
1099-6/02	Fabricação de pós alimentícios
3250-7/02	Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório
4771-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas
1742-7/02	Fabricação de solventes higiênicos
1061-9/02	Fabricação de produtos do arroz
8640-2/13	Serviços de litotripsia
8640-2/14	Serviços de bancos de células e tecidos humanos
1065-1/03	Fabricação de óleo de milho refinado
2121-1/03	Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano
8640-2/03	Serviços de diálise e nefrologia
0892-4/03	Refino e outros tratamentos do sal
1099-6/03	Fabricação de fermentos e leveduras
8640-2/04	Serviços de tomografia
1122-4/04	Fabricação de bebidas isotônicas
3250-7/04	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda
3250-7/05	Fabricação de materiais para medicina e odontologia
8640-2/06	Serviços de ressonância magnética
1099-6/06	Fabricação de adoçantes naturais e artificiais
8630-5/07	Atividades de reprodução humana assistida
1099-6/07	Fabricação de alimentos dietéticos e complementos alimentares
3250-7/07	Fabricação de artigos ópticos
8640-2/10	Serviços de quimioterapia
8640-2/11	Serviços de radioterapia
8640-2/12	Serviços de hemoterapia

Art. 20. Ficam revogadas as seguintes taxas da Tabela 8 do Anexo III, da Lei Complementar 058, de 30 de dezembro de 2017:

TABELA 8 – TRÂNSITO E TRANSPORTE
TRÂNSITO
TRANSPORTE COLETIVO URBANO / FRETAMENTO
ESPECIFICAÇÃO



Criação de pontos de transportes, por vaga
Desmembramento de pontos de transporte para ônibus / caminhão
Desmembramento de pontos de transporte para van / micro-ônibus
Exclusão de permissão de ponto de transporte para ônibus
Exclusão de permissão de ponto de transporte para van / micro-ônibus
Substituição de veículo de aluguel
Vistoria para autorização de ônibus / caminhão
Vistoria para autorização de van / micro-ônibus

TRANSPORTE ESCOLAR / TÁXI
ESPECIFICAÇÃO
Cadastro de acompanhante
Criação de pontos de transporte, para ônibus, por vaga
Criação de pontos de transporte, para van / micro-ônibus, por vaga
Desmembramento de pontos de transporte para ônibus
Desmembramento de pontos de transporte para van / micro-ônibus
Exclusão de permissão de ponto de transporte para ônibus
Exclusão de permissão de ponto de transporte para van / micro-ônibus
Extensão de ponto de transporte escolar, individual
Renovação anual de cadastro de acompanhante
Transferência de vaga de estabelecimento
Vistoria para autorização de ônibus
Vistoria para autorização de van / micro-ônibus
Alteração de ponto, por vaga
Cadastro de condutor auxiliar
Criação de pontos de transporte, por vaga
Desmembramento de pontos de transporte
Exclusão de permissão de ponto de transporte
Extensão de ponto, individual
Inclusão de permissionário
Mudança de taxímetro
Renovação anual do cadastro de condutor auxiliar
Renovação anual do termo de permissão
Transferência de vaga de estabelecimento
Vistoria para autorização
Revalidação da vistoria para autorização (no caso de vencimento da validade da vistoria anterior)

MOTO TÁXI
ESPECIFICAÇÃO
Criação de ponto de transporte, por vaga
Desmembramento de ponto de transporte
Exclusão de permissão de ponto de transporte
Renovação anual do termo de permissão
Transferência de vaga de estabelecimento
Vistoria para autorização



Revalidação da vistoria para autorização (no caso de vencimento da validade da vistoria anterior)

Art. 21. Ficam acrescidas as seguintes taxas à Tabela 8 do Anexo III, da Lei Complementar nº 058, de 30 de dezembro de 2017:

TABELA 8 – TRÂNSITO E TRANSPORTE		
(...)		
VEÍCULOS EM GERAL		
ESPECIFICAÇÃO		VALOR – R\$
(...)		
Autorização para liberação de veículo apreendidos		
a) Veículos leves		32,15
b) veículos acima de 4 toneladas		64,31
c) motocicletas, caretinha e similares		16,06
(...)		
TRANSPORTES		
ESPECIFICAÇÃO		VALOR – R\$
Utilização de espaço público e outros (guarda volumes)		94,01
(...)		
TARIFAS AEROPORTUÁRIAS		
CATEGORIA DO AEROPORTO DE ARAGUAÍNA: 3ª		
(...)		
Tarifas Aplicáveis ao Grupo II		
Tarifas de Pousos para Aeronaves da Aviação Geral (Não Comercial) - SWGN		
Até 1 Toneladas	Acesso	R\$ 65,71
+ de 1 Até 2 Toneladas	Acesso	R\$ 93,94
+ de 2 Até 4 Toneladas	Acesso	R\$ 162,65
+ de 4 Até 6 Toneladas	Acesso	R\$ 330,15
+ de 6 Até 12 Toneladas	Acesso	R\$ 427,58
+ de 12 Até 24 Toneladas	Acesso	R\$ 972,90
+ de 24 Até 48 Toneladas	Acesso	R\$ 2.501,98
+ de 48 Até 100 Toneladas	Acesso	R\$ 2.953,04
+ de 100 Até 200 Toneladas	Acesso	R\$ 5.772,94
+ de 200 Até 300 Toneladas	Acesso	R\$ 6.569,06
+ 300 Toneladas	Acesso	R\$ 12.675,43

Art. 22. Ficam alteradas as seguintes taxas da Tabela 8 do Anexo III, da Lei Complementar nº 058, de 30 de dezembro de 2017:

TABELA 8 – TRÂNSITO E TRANSPORTE		
TRÂNSITO		
(...)		
TRANSPORTE ESCOLAR / TÁXI		
ESPECIFICAÇÃO	VALOR – R\$	
Transferência de permissão, exceto transferência para herdeiros em caso de falecimento do permissionário		1.000,00
(...)		
MOTOTÁXI		

ESPECIFICAÇÃO	VALOR – R\$
Transferência de permissão, exceto transferência para herdeiros em caso de falecimento do permissionário	1.000,00
Apreensão e remoção de veículos apreendidos (clandestino)	1.000,00
(...)	

Art. 23. A Tabela 4 do Anexo III, da Lei Complementar nº 058, de 30 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

TABELA 4 – LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DE PUBLICIDADE EM GERAL.	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR – R\$
a) Por aparelho quando instalado em veículo para fins de publicidade ou divulgação (carro de som).	
por ano	800,00
b) Anúncios sob forma de cartas ou folhetos distribuídos pelo correio, empresas terceirizadas ou funcionários da empresa que é proprietária do material a ser distribuído, em mãos ou em domicílio.	
por milheiro mais por fração (multiplicado por número de dias)	42,58
c) Anúncios em faixa, em logradouro públicos, por filme ou chapa	
por mês	39,72
por fração (multiplicado pelo número de dias)	39,72
d) Outdoor, letreiros, placas ou dísticos metálicos ou não com indicação de profissão, arte quando colocado na parte externa de qualquer prédio, parede, muro, armação ou aparelho semelhante ou congênere.	EM TODO PERÍMETRO DA CIDADE
por ano e por placa	500,00
e) Painel, cartaz ou poste colocado na parte externa de edifícios ou fachadas, por qualquer processo e voltados para as vias ou logradouros públicos por metro quadrado.	
por mês	9,16
por ano	54,90
f) Painel eletrônico, painel de LED e congêneres colocados na parte externa de edifícios ou fachadas, por qualquer processo e voltados para as vias ou logradouros públicos por unidade.	
por ano e por painel	550,00
g) Cada vitrine para exposição de artigos estranhos aos negócios do estabelecimento ou alugados a terceiros	
por mês	42,58
por fração (multiplicado pelo número de dias)	42,58

Art. 24. Ficam revogadas as seguintes taxas da Tabela 4 do Anexo IV, da Lei Complementar nº 058, de 30 de dezembro de 2017:

**TABELA 4 – ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/VIGILÂNCIA
SANITÁRIA**



ESPECIFICAÇÃO
Alteração de dados cadastrais
Alteração de responsável técnico ou substituto
Emissão de 2ª via de auto de infração
Emissão de 2ª via de licença sanitária
Emissão de 2ª via de notificação sanitária
Inspeção para baixa de cadastro de estabelecimento

Art. 25. O inciso I, do Artigo 56-A, acrescido pela Lei Municipal nº 2.985/2015 à Lei Municipal nº 2.234/2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 56-A. [...].

I - apreensão do veículo e multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 26. Ficam revogados os §§ 1º e 2º do Artigo 1º, da Lei Complementar nº 065, de 28 de dezembro de 2018.

Art. 27. O Anexo Único da Lei Complementar nº 065, de 28 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO ÚNICO

**TABELA 1 - TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS
EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS (ESTABELECIMENTOS FIXOS)**

a) Nas vias, praças e demais logradouros públicos, com exceção dos itens C, D, E e F	Em todo perímetro da cidade
m²/mês	R\$ 8,28
m²/ano	R\$ 68,76
b) Nos mercados municipais	
m²/mês	R\$ 8,28
m²/ano	R\$ 68,76
c) Na extensão da Avenida Filadélfia (da Jacuba até BR-153)	
m²/mês	R\$ 25,44
m²/ano	R\$ 280,31
d) Na extensão da Via Lago	
m²/mês	R\$ 29,25
m²/ano	R\$ 322,35
e) Na extensão do Parque das Águas	
m²/mês	R\$ 29,25
m²/ano	R\$ 322,35
f) Na extensão do Parque Cimba	
m²/mês	R\$ 25,44
m²/ano	R\$ 280,31
g) No Espaço de Comércio e Cultura Feirinha	
Valor do m² por mês	R\$ 38,76

**TABELA 2 - TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS
EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS (ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS)**

a) Na extensão da Avenida Filadélfia (da Jacuba até BR-153)	
Por dia (não ultrapassando 7 dias) e limitado a 200m²	R\$ 500,00



b) No Parque das Águas	
Por dia	R\$ 1.000,00

TABELA 3 - TAXA DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS TEMPORÁRIOS

a) LICENÇA PARA CIRCOS, PARQUES DE DIVERSÕES E SIMILARES.	
PERÍODO	VALOR R\$
Por dia	R\$ 79,71
Por mês	R\$ 2.072,60

b) LICENÇA PARA EVENTOS COM PORTARIA (POR ÁREA UTILIZADA)	
METRAGEM	VALOR R\$
0,01 até 100 M2	R\$ 202,14
100,01 até 300 M2	R\$ 288,79
300,01 até 600 M2	R\$ 404,30
600,01 até 1000 M2	R\$ 577,56
1000,01 até 2000 M2	R\$ 808,59
2000,01 até 3000 M2	R\$ 1.155,13
3000,01 até 5000 M2	R\$ 1.617,18
Acima de 5000 M2	R\$ 2.310,26

Art. 28. O Artigo 2º, da Lei Complementar nº 078, de 28 de dezembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Os usuários selecionados em chamamento público no edital da nova feirinha, bem como os que já utilizam o espaço público mediante acordo judicial, terão desconto de 50% (cinquenta por cento) no piso superior e 70% (setenta por cento) no piso inferior sobre o valor da taxa calculado sobre o m² ocupado.

Art. 29. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos somente a partir de 1º de janeiro de 2023.

Araguaína, Estado do Tocantins, 20 de dezembro de 2022.



WAGNER RODRIGUES BARROS
Prefeito de Araguaína

Autor: Executivo Municipal